

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 3.185, DE 19 DE MARÇO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), e no Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), aprovado pela Resolução nº 614, de 28 de maio de 2013;

CONSIDERANDO a operação notificada nos autos do Processo nº 53500.024446/2012;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 710, realizada em 22 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Acórdão nº 320/2013-CD, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 2 de setembro subsequente, que concedeu anuência prévia relativa à reorganização societária de empresas pertencentes ao GRUPO OI, com a incorporação da TNL PCS S/A pela OI MÓVEL S/A (nova denominação da 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A);

CONSIDERANDO que a TNL PCS S/A e a OI MÓVEL S/A apresentaram a esta Agência a documentação societária comprobatória das operações que envolveram a incorporação da primeira pela segunda;

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal da OI MÓVEL S/A, anexada aos autos do Processo nº 53500.024446/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Transferir à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) outorgada à TNL PCS S/A por meio do Ato nº 54.551, de 6 de dezembro de 2005, bem como o respectivo Termo de Autorização.

Art. 2º Estabelecer que a transferência de que trata o art. 1º implica sub-rogação, pela OI MÓVEL S/A, dos direitos e obrigações assumidas pela antiga autorizada perante a Anatel.

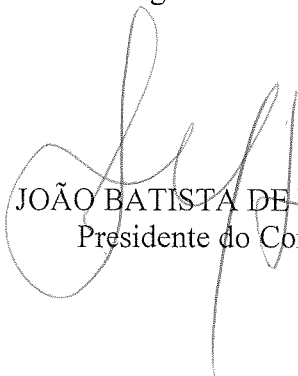
Art. 3º Determinar que o preço devido pela transferência do direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), de acordo com a Resolução nº 386, de 3 de novembro de 2004, valor que deverá ser pago pela OI MÓVEL S/A.

Parágrafo único. O valor referido no *caput* deverá ser recolhido na forma e no prazo estabelecidos em notificação da Anatel à OI MÓVEL S/A.



Art. 4º A aprovação de que trata o art. 1º não exime as empresas envolvidas na operação do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontrem submetidas perante outros órgãos.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.


JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DO ATO Nº 3.185, DE 19 DE MARÇO DE 2014

Processo nº 53500.024446/2012. Transfere à OI MÓVEL S/A, CNPJ/MF nº 05.423.963/0001-11, a autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) outorgada à TNL PCS S/A por meio do Ato nº 54.551, de 6 de dezembro de 2005, bem como o respectivo Termo de Autorização.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho



